

O Instituto Sou da Paz apresenta este levantamento de medidas ligadas à segurança pública adotadas pelo Governo Federal no primeiro semestre de 2020 como parte dos esforços de fomento de um debate público transparente e qualificado em prol do desenvolvimento do Brasil. Neste semestre, monitoramos 187 medidas e normas representadas nos gráficos

iniciais. Entre elas, destacamos 31 ações consideradas mais relevantes em uma linha do tempo apresentada a seguir. O ano de 2020 começa repercutindo a positiva queda de homicídios observada desde 2017 e que se manteve até o terceiro trimestre de 2019. No entanto, em fevereiro, uma crise se instala com a greve de policiais militares do Ceará. A paralisação durou semanas nas quais o Governo Federal enviou a Força Nacional para reforçar a segurança, mas hesitou em condenar abertamente o movimento que teve seu auge de tensão em um episódio que resultou em um

senador baleado em Sobral. Ainda em fevereiro, os primeiros casos de **Covid-19** no Brasil levam à aprovação de uma lei prevendo medidas excepcionais para conter a pandemia, como a decretação de isolamento social e testagem compulsória. Em março, a pauta é completamente tomada pela pandemia e passa a ser permitido o acionamento de forças policiais para garantir o cumprimento de medidas sanitárias.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o **Departamento Penitenciário** Nacional apresentou reações ágeis na divulgação e atualização de procedimentos e na compra **de EPIs**, ainda que o desafio de garantir a saúde de servidores e custodiados siga enorme nos sistemas superlotados. A título de comparação, um guia semelhante de recomendações às policias foi lançado apenas em abril.

Entre março e abril, o Exército publicou três medidas de modernização da gestão de produtos controlados incluindo armas, munições e explosivos. Estas medidas positivas atendiam também a recomendações do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União que haviam documentado diversas fragilidades nos sistemas até então existentes, que somam mais de dez anos de idade e carecem de atualização. No entanto, o presidente Bolsonaro demandou a **revogação** destas três portarias por meio de seu perfil no twitter sem qualquer justificativa técnica, fazendo referência apenas a solicitações recebidas de grupos de proprietários de armas.

Ainda em abril, o governo federal publica uma **segunda portaria aumentando a quantidade de** munições autorizadas para compra para defesa pessoal, novamente sem qualquer fundamentação técnica. Esta portaria atualmente encontra-se suspensa por decisão judicial, visto que foi assinada por um general exonerado e que, quando foi divulgado o teor de uma reunião interministerial, veio a público que sua motivação havia sido a de estimular a desobediência de normas sanitárias e intimidar a oposição. Este e outros fatos revelados nesta reunião escalaram a crise política que se iniciara na mesma semana, quando o ministro Sérgio Moro pediu demissão denunciando interferências políticas na Polícia Federal.

Tanto este aumento do limite de munições autorizadas para compra quanto a revogação das portarias de controle de produtos controlados são objeto de diversos **Projetos de Decretos** Legislativos e ações na Justiça que questionam sua motivação e a correção de seus processos administrativos, assim como a interferência pessoal do presidente em assuntos técnicos. Em maio, sob administração do novo ministro da Justiça André Mendonça, é revogada e substituída a portaria que previa acionamento de forças policiais para cumprimento de medidas de controle da pandemia, alegando suposta primazia de liberdades individuais. No mesmo mês, o MJSP criou uma **nova Secretaria de Gestão e Ensino** com potencial para otimizar a gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que vem sendo subutilizado.

recursos. A maior parte dos gastos, 56%, foram relacionados às transferências aos estados e Distrito Federal. Chama atenção o percentual de empenho do valor disponível para aperfeiçoamento da **gestão e de tecnologia da informação, com 78%** do total gasto. Em segundo lugar aparece a Força Nacional, atualmente em 19 estados e com 67% do valor atual já empenhado. Em relação à ação criada para o enfrentamento da pandemia, com recursos advindos de créditos extraordinários autorizados pelas medidas provisórias 942 e 965, apenas 47% foi empenhado. Destaca-se ainda a baixa execução da ação de prevenção e enfrentamento à criminalidade, com apenas 14% empenhado até o momento.

Neste período, a Polícia Federal se envolveu em algumas operações de grande impacto, como

a prisão em cooperação internacional de um líder do crime organizado foragido em

Créditos suplementares e extraordinários aumentaram o valor inicialmente previsto para o

FNSP em quase de 20% chegando a R\$2,2 bi. Neste semestre foram **empenhados 40% destes**

Moçambique. Houve também um aumento na quantidade de drogas apreendidas em grandes carregamentos, possivelmente auxiliada pela redução do trânsito em todos os modais. A operação contra o financiamento de fake news e a organização de manifestações que apoiam atos antidemocráticos, assim como investigações estaduais que envolvem pessoas próximas da família Bolsonaro, têm gerado picos de tensão entre poderes alimentando uma crise política duradoura, levando a manifestações de rua mesmo em meio à pandemia. Esta tensão tem chegado às polícias, havendo indícios de uma politização altamente danosa para a legitimidade das suas ações, que já são questionadas diante de diversos casos de abuso da força e da **alta da letalidade**.

O Brasil fecha este semestre já contabilizando um **aumento de homicídios em relação a 2019**,

além de um **aumento de feminicídios** em diversos estados durante o isolamento social e de

recordes na concessão de registros de armas. Neste contexto desafiador, é necessário voltar

toda atenção à redução de homicídios e aos princípios democráticos. No entanto, mesmo

ações básicas ainda não foram implementadas em sua totalidade. O principal programa de

prevenção do MJSP, "Em Frente, Brasil", ainda não foi expandido para além de 5 cidades e

poderia ser foco de maior atenção. Os **cursos à distância** disponibilizados pela SENASP para

agentes de segurança de todo o país, ainda mais importantes em contexto de distanciamento social, **foram reduzidos** de 72 cursos em 2018 para 43 em 2020. Ainda, algumas iniciativas que poderiam ser positivas foram feitas desrespeitando princípios da administração pública, como a criação de um protocolo secreto para investigação de feminicídios. Já passando de um terço deste mandato, e com indícios de agravamento dos crimes violentos, é urgente a adoção de uma política de segurança pública que seja pautada pela garantia dos direitos fundamentais e pelo respeito aos princípios da República, não havendo mais tempo a

Os próximos números resumem 187 medidas que foram mapeadas de 1º de janeiro a 30 de

junho de 2020, considerando publicações do Diário Oficial da União, do site oficial do

Sim 35.29%

Covid-19

✓Não 64.71%

Ministério da Justiça e Segurança Pública e eventualmente de veículos de imprensa.

perder com subterfúgios e imbróglios jurídicos.

medidas não tinham relação

Coronavírus, enquanto 66 sim.

com a pandemia do novo

Resumo

dias foram ocupados por Sérgio Moro na cadeira de Ministro da Justiça e Segurança Pública. André Mendonça teve 64 até 30 de junho de 2020. foram as medidas apresentadas com 2 dias Sérgio Moro 114 dias impacto direto sobre a .64 dias política de controle de Fim de semana armas e munições. sem ministro André Mendonça

vezes apareceu o tema Força Nacional, o mais recorrente.

Seguido dele, aparece Sistema Penitenciário com 23 e COVID-19 com 21.

Criminalidade

SEGEN - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública

Entrada de estrangeiros

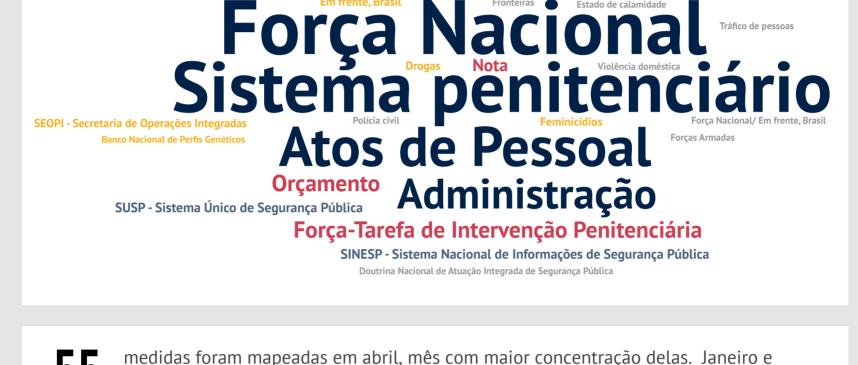
Operação Verde Brasil
Fundo Penitenciário Nacional
Inteligência

Covid-19 Armas e munições
Fundo Nacional de Segur

VIGIA - Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras

Protocolo de Investigação

Fundo Nacional de Segurança Pública



fevereiro foram os meses de menor atividade, com 14 cada.

35

Março

55

Abril

medidas foram do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A Presidência da República

29

Maio

40

Junho

137

R\$ 1.226.926.687,00

Faróis de avaliação

Medidas sinalizadas com o

retrocesso; em amarelo, com

resultado incerto; e as em

verde representam avanços.

são as

como

Sou da Paz

identificadas

farol vermelho

50

40

30

20

10

0

200

150

100

50

Aprimoramento da Segurança

Reserva de Contingência -

Imóvel da Força Nacional

Tecnologia da Informação

Aperfeiçoamento da Gestão e

Implementação de Políticas de

Segurança Pública, Prevenção, e...

Enfrentamento da Emergência de

Ações gerais da

sem relação

Linha do tempo

QUANDO

STATUS

OUANDO

07/02/2020

ASSINADA POR

Jair Messias Bolsonaro

Presidente da República

Sérgio Fernando Moro

Luiz Henrique Mandetta

Ministro da Saúde

STATUS

02/03/2020

STATUS

Em vigor

QUANDO

17/03/2020

ASSINADA POR

Sérgio Fernando Moro

Luiz Henrique Mandetta

Ministro da Saúde

STATUS

2020

QUANDO

18/03/2020

ASSINADA POR Sérgio Fernando Moro

Luiz Henrique Mandetta

Ministro da Saúde

STATUS

Em vigor

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Ministro da Justiça e Segurança Pública

ASSINADA POR

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Em vigor enquanto se mantiver o estado

de emergência de saúde internacional

Departamento Penitenciário Nacional

Ministério da Justiça e Segurança Pública

29/01/2020

ASSINADA POR

Ministro da Defesa

de abril de 2020

Sérgio Fernando Moro

Fernando Azevedo e Silva

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Revogada após 86 dias pela Portaria

Interministerial N° 1.634/GM-MD, de 22

Segurança Pública

As medidas com fundo

azulado foram as adotadas

para a área da Segurança

Pública como um todo,

pandemia da Covid-19.

com

Construção, Instalação e Reforma de

Pública Nacional

Financeira

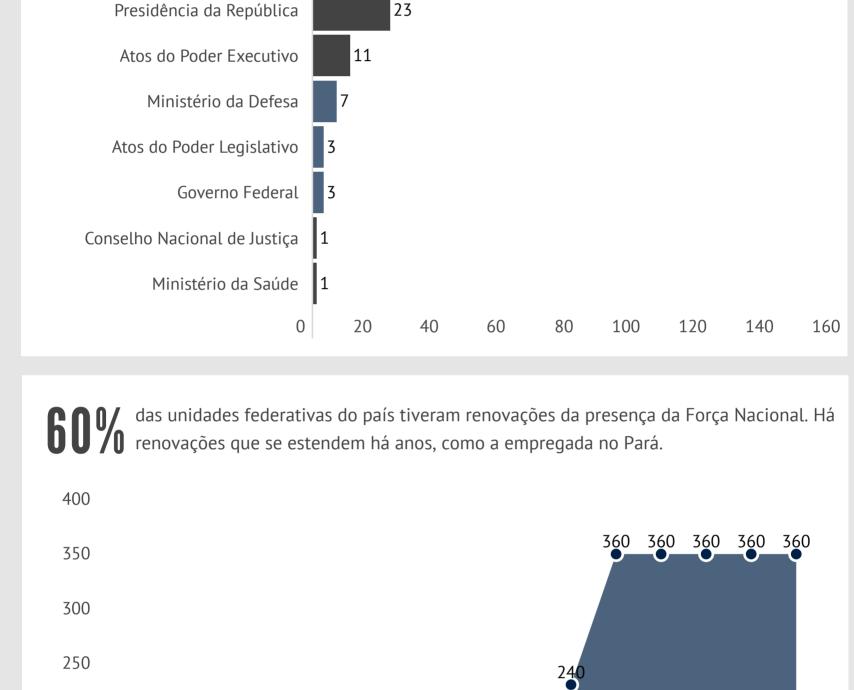
14

Janeiro

Ministério da Justiça e Seguran...

Fevereiro

junto a atos do Poder Executivo somam 34.



180 180 180 180 180 184 196

ações dividiram o valor da dotação atual do Fundo Nacional de Segurança Pública, sendo

a ação com maior valor destinado "Aprimoramento da Segurança Pública Nacional".

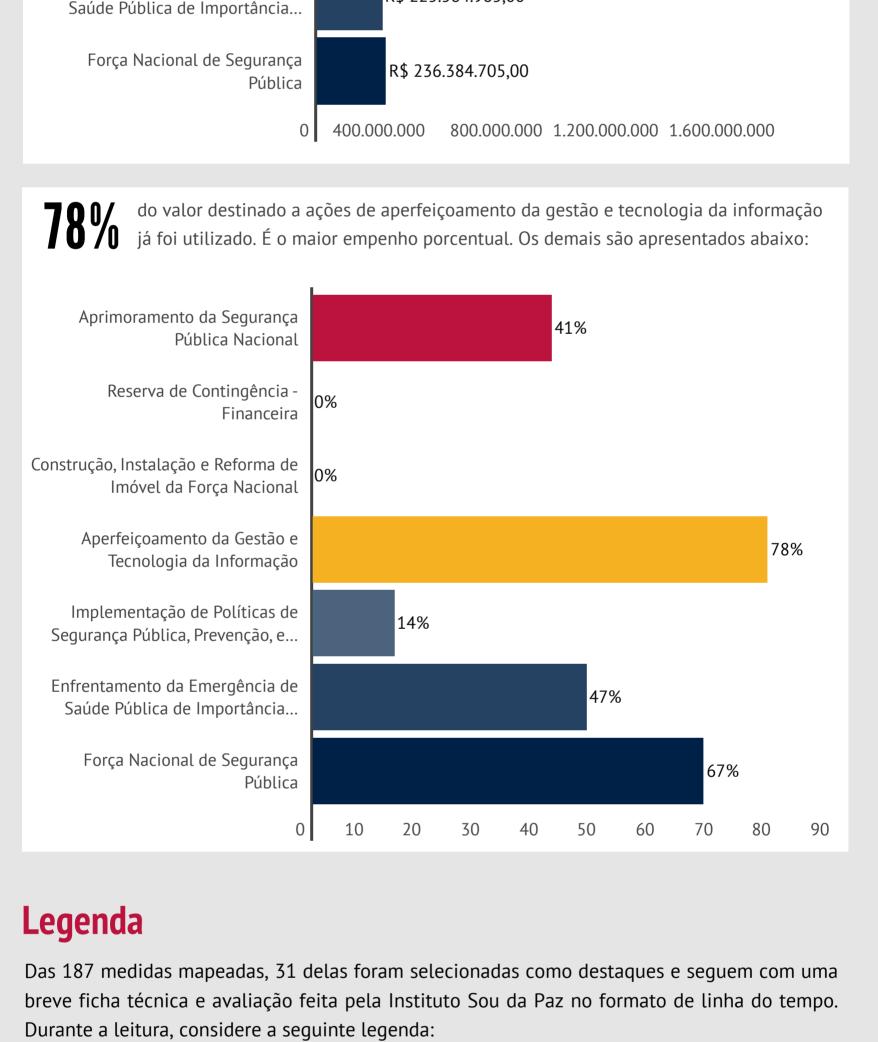
R\$ 30.770.698,00

R\$ 3.620.775,00

R\$ 97.000.000,00

R\$ 418.106.124,00

R\$ 225.584.965,00



Medidas relacionadas

As medidas com fundo

adotadas para a Segurança

Pública especificamente em

decorrência da pandemia da

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 412/GM-MD, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Armas e munições

Aumento das quantidades máximas de munições que podem ser compradas por cidadãos, policiais e integrantes dos órgãos autorizados pela lei de controle de armas 1.0826/2003

LEI N° 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Covid-19

Apresenta medidas para enfrentar a emergência de saúde pública ocasionada pelo coronavírus,

incluindo a possibilidade de decretação de isolamento social e de testagem ou tratamento

compulsórios. Prevê permissão de importação de medicamentos considerados essenciais e exige

que os gastos referentes a pandemia sejam publicados em um link específico

DEPEN cria Procedimento Operacional Padrão para controle e prevenção da Covid-19

em unidades prisionais

Sistema penitenciário

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 5, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Covid-19

Autoriza que agentes da saúde acionem forças policiais em casos de descumprimento das medidas

de prevenção ao Coronavírus, que passam a ser compulsórias

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 7, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Sistema penitenciário

Determina que as medidas de enfrentamento à covid-19 tomadas pelo Ministério da Saúde devem

ser adotadas também no âmbito do sistema prisional, listando medidas que devem ser tomadas

pelos seus agentes

O QUE ESTÁ EM JOGO

munições.

O QUE ESTÁ EM JOGO

considerando

A Lei foi uma iniciativa positiva e ágil

coronavírus no Brasil, a necessidade de

medidas excepcionais de prevenção do

contágio e de transparência da

divulgação de gastos públicos.

O QUE ESTÁ EM JOGO

documento

traz

importantes de aplicação obrigatória,

como a notificação imediata e o

isolamento de presos com casos

suspeitos ou confirmados da doença. Até junho de 2020, este guia foi

atualizado 3 vezes para incluir novas

orientações, uma iniciativa positiva

Com o crescimento do número de

casos no Brasil, a medida assinada pelos então ministros da Saúde e da

Justiça priorizava a saúde coletiva

permitindo o uso de forças policiais para implementação de medidas

fundamentais

dado o dinamismo da pandemia.

O QUE ESTÁ EM JOGO

consideradas

contenção do contágio.

O QUE ESTÁ EM JOGO

possível o

Apesar de ser de difícil implementação

nos presídios brasileiros, a maioria superlotados, a Portaria lista medidas

importantes, como: monitoramento

prioritário das condições de saúde de custodiados pertencentes a grupos de

risco, notificação obrigatória de casos

suspeitos e confirmados devendo o paciente ser informado e isolado em

local com ventilação, condições de

higiene e distância mínima de dois metros entre os presos, quando não

isolamento em

medidas

a chegada

Sem justificativa ou fundamentação,

aumentou em quatro vezes o número

de munições permitidas às pessoas

comuns que detêm posse ou porte de

armas, chegando a 200 unidades por arma de fogo além das unidades de

treinamento. Aos profissionais da

segurança e outros órgãos, estendeu a 600 unidades. A medida é um

retrocesso no controle de armas e

foram

à pandemia

esverdeado

Covid-19.

O DEPEN criou um grupo de trabalho para coordenar as respostas à Covid-19 em ambiente prisional e divulgou um guia com Procedimentos Operacionais Padrão para as Penitenciárias Federais implementarem medidas de controle, prevenção e cuidados em relação ao Covid-19

Revogada após 72 dias pela Portaria Interministerial N° 9, de 27 de maio de

individual. PORTARIA Nº 135, DE 18 DE MARÇO DE 2020 Sistema penitenciário A portaria estabelece medidas para evitar a proliferação do Coronavírus no sistema penitenciário,

sugerindo uma série de medidas para serem adotadas pelos gestores prisionais dos estados

QUANDO O QUE ESTÁ EM JOGO 18/03/2020 Assim como a Portaria Interministerial nº 7, foi positiva por trazer ao campo **ASSINADA POR** normativo as recomendações do Grupo Sérgio Fernando Moro de Trabalho do DEPEN. Dentre as Ministro da Justiça e Segurança Pública medidas, estão a limitação transferência de presos, suspensão de **STATUS** saídas temporárias e restrição máxima Em vigor de visitas. Este último ponto se março que atendimentos de validade de 30 dias.

consolidou em portaria de 24 de suspendeu visitas, advogados, atividades educacionais, de trabalho, assistências religiosas e escoltas nas penitenciárias federais. A medida foi renovada subsequentemente, sendo a mais recente publicada em 29/06, com Painel de monitoramento da covid-19 do Depen Sistema penitenciário Depen lançou um canal de monitoramento da Covid-19 no sistema penitenciário com três painéis: sistemas prisionais brasileiros; sistemas prisionais mundiais; e medidas iniciais adotadas pelos estados. Os dados são atualizados conforme o Depen os recebe das unidades federativas O QUE ESTÁ EM JOGO **QUANDO** 19/03/2020

O mecanismo é importante no quesito da transparência, por permitir a **ASSINADA POR** visualização de informações Departamento Penitenciário Nacional necessárias e identificação de novas Ministério da Justiça e Segurança Pública **STATUS** Em vigor **DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020** Covid-19

O QUE ESTÁ EM JOGO 42 dias após a aprovação da primeira lei sobre o Coronavírus, foi decretado estado de calamidade no país. O instituiu comissão decreto Congresso Nacional para acompanhar a situação fiscal e a execução

Reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública causado pela pandemia da Covid-19 **QUANDO** 20/03/2020 **ASSINADA POR**

Senador Antonio Anastasia Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

orçamentária e financeira das medidas para enfrentar a pandemia.

STATUS

Em vigor

Made with

infogram

